

RECURSO ESPECIAL Nº 1.866.879 - SP (2018/0150609-7)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
RECORRENTE : IRENE GUERREIRO
ADVOGADO : FÁBIO SANTOS DA SILVA - SP190202
RECORRIDO : EDEN EDITORA E DIVULGADORA DE ENSINO LTDA
ADVOGADOS : MAISA RODRIGUES DE ALMEIDA - SP109179
MARISA RODRIGUES DE ALMEIDA - SP097479
RECORRIDO : CARLOS HENRIQUE PODEROSO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : CARLOS ALBERTO DE FREITAS PONTES - SP262955
RECORRIDO : JOAO VENANCIO FILHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CPC/15. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. MITIGAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRESERVAÇÃO DO MÍNIMO EXISTENCIAL DO DEVEDOR. PRECEDENTE DA CORTE ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial, interposto por IRENE GUERREIRO, fundamentado na alínea "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ fl. 163):

EMENTA - Execução de título judicial. Penhora sobre proventos de aposentadoria. Providência desautorizada pelo artigo 833, inciso IV, do CPC. Recurso improvido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 171-173).

Nas razões de seu recurso especial, a parte recorrente sustenta vulneração aos arts. 1.º, 3.º, 4.º, 513, 786, 789 e 833, IV, do Código de Processo Civil e divergência jurisprudencial. Afirma possível a penhora de percentual, ainda que ínfimo, do valor do benefício previdenciário para a satisfação de

dívida do executado e que a jurisprudência relativiza o caráter alimentar dos salários e benefícios previdenciários e a impenhorabilidade absoluta de tais verbas. Aduz que o feito tramita desde 2001 sem que os devedores adotem qualquer postura no sentido de solver a dívida, razão pela qual solicitou fosse oficiado o INSS com determinação de bloqueio de 20%, ou outro percentual que o Juízo entendesse pertinente, dos ganhos mensais do executado. Assevera que o pedido foi negado, situação mantida pela Corte Estadual ao fundamento de que referida verba é absolutamente impenhorável. Defende que não é esse o entendimento que prevalece na jurisprudência e cita precedentes do STJ.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fl. 222).

É o relatório. Passo a decidir.

A irresignação merece prosperar.

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento da decisão que, em execução de título extrajudicial, indeferiu o pedido de penhora sobre percentual de benefício previdenciário. A Corte Estadual negou provimento ao recurso ao fundamento de que referidos rendimentos são absolutamente impenhoráveis. Eis o voto (e-STJ fl. 164):

O agravo é manifestamente improcedente e, por isso, pode ser desde logo julgado, isto é, sem necessidade de se abrir prazo para a resposta.

Para satisfação de seu crédito a agravante requereu fosse bloqueado mensalmente 20% dos proventos de aposentadoria do devedor Pedro dos Santos, pleito que foi indeferido, o que levou à interposição do presente agravo.

Ora, conforme anuncia o artigo 833 do Código de Processo Civil, são absolutamente impenhoráveis “os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria (...) ressalvado o § 2º” (inciso IV).

Bem ou mal, portanto, a lei confere imunidade àqueles rendimentos, sendo então descabida a penhora por crédito comum, ainda que de parte ínfima daqueles valores.

Disso decorre, portanto, que de todo irrelevante se mostrava a particularidade de se cuidar de débito que há anos aguardava para ser solvido, assim como a alusão do exequente à perda do caráter alimentar de numerário mantido de mês a outro em conta corrente ou de poupança, eis que tal situação era

diversa da mostrada nos autos.

Logo, no caso concreto era forçoso reconhecer o descabimento da postulada constrição.

Contudo, esta Terceira Turma, quando do julgamento do REsp 1.514.931/DF, reconheceu a aplicação da teoria do mínimo existencial para a interpretação do art. 649 do CPC (atual art. 833, IV, do CPC/2015), abrindo a possibilidade de penhora de parte dos valores depositados em conta-salário em que, conforme o exame do caso, não haveria o comprometimento da sobrevivência do executado.

O acórdão ficou assim ementado:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. PENHORA DE VALORES EM CONTA SALÁRIO. EXCEPCIONAL POSSIBILIDADE. QUESTÃO A SER SOPESADA COM BASE NA TEORIA DO MÍNIMO EXISTENCIAL.

1. Controvérsia em torno da possibilidade de serem penhorados valores depositados na conta salário do executado, que percebe remuneração mensal de elevado montante.

2. A regra geral da impenhorabilidade dos valores depositados na conta bancária em que o executado recebe a sua remuneração, situação abarcada pelo art. 649, IV, do CPC/73, pode ser excepcionada quando o montante do bloqueio se revele razoável em relação à remuneração por ele percebida, não afrontando a dignidade ou a subsistência do devedor e de sua família.

3. Caso concreto em que a penhora revelou-se razoável ao ser cotejada com o valor dos vencimentos do executado.

4. Doutrina e jurisprudência acerca da questão.

5. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO.

(REsp 1.514.931/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/10/2016, DJe 06/12/2016).

Com efeito, a interpretação do enunciado normativo presente no inciso IV do art. 649 do CPC (atual art. 833, IV, do CPC/2015), entendo, deve ser, efetivamente, iluminada pela teoria do mínimo existencial, resguardando-se, pois, o salário do indivíduo, já que verba alimentar, sem tirar-se de perspectiva a preservação da dignidade da pessoa humana, princípio que, por certo, imbuíu o legislador quando do reconhecimento da impenhorabilidade em alguns dos outros incisos do referido dispositivo, como aqueles em que se previu o

resguardo dos bens que integram a residência, vestuários, os de cunho profissional, o anel de núpcias, a pequena propriedade rural.

Assim, a melhor interpretação dessa disposição processual é no sentido de que o que sobejar dos salários, vencimentos, proventos, pensões, soldos, resguardado o mínimo existencial, poderá ser objeto de constrição judicial para o adimplemento das dívidas contraídas pelo executado.

O fato é que o entendimento desta Corte Superior evoluiu no sentido do reconhecimento da excepcional possibilidade de se proceder à penhora de parte da verba considerada alimentar.

A propósito, por todos:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. IMPENHORABILIDADE DE VENCIMENTOS. CPC/73, ART. 649, IV. DÍVIDA NÃO ALIMENTAR. CPC/73, ART. 649, PARÁGRAFO 2º. EXCEÇÃO IMPLÍCITA À REGRA DE IMPENHORABILIDADE. PENHORABILIDADE DE PERCENTUAL DOS VENCIMENTOS. BOA-FÉ. MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DO DEVEDOR E DE SUA FAMÍLIA.

1. Hipótese em que se questiona se a regra geral de impenhorabilidade dos vencimentos do devedor está sujeita apenas à exceção explícita prevista no parágrafo 2º do art. 649, IV, do CPC/73 ou se, para além desta exceção explícita, é possível a formulação de exceção não prevista expressamente em lei.

2. Caso em que o executado auferia renda mensal no valor de R\$ 33.153,04, havendo sido deferida a penhora de 30% da quantia.

3. A interpretação dos preceitos legais deve ser feita a partir da Constituição da República, que veda a supressão injustificada de qualquer direito fundamental. A impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. tem por fundamento a proteção à dignidade do devedor, com a manutenção do mínimo existencial e de um padrão de vida digno em favor de si e de seus dependentes. Por outro lado, o credor tem direito ao recebimento de tutela jurisdicional capaz de dar efetividade, na medida do possível e do proporcional, a seus direitos materiais.

4. O processo civil em geral, nele incluída a execução civil, é

orientado pela boa-fé que deve reger o comportamento dos sujeitos processuais. Embora o executado tenha o direito de não sofrer atos executivos que importem violação à sua dignidade e à de sua família, não lhe é dado abusar dessa diretriz com o fim de impedir injustificadamente a efetivação do direito material do exequente.

5. Só se revela necessária, adequada, proporcional e justificada a impenhorabilidade daquela parte do patrimônio do devedor que seja efetivamente necessária à manutenção de sua dignidade e da de seus dependentes.

6. A regra geral da impenhorabilidade de salários, vencimentos, proventos etc. (art. 649, IV, do CPC/73; art. 833, IV, do CPC/2015), pode ser excepcionada quando for preservado percentual de tais verbas capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

7. Recurso não provido.

(EResp 1582475/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/10/2018, REPDJe 19/03/2019, DJe 16/10/2018)

Nesse contexto, o acórdão recorrido deve ser anulado, uma vez que o Tribunal local adotou tese diversa da consolidada no âmbito desta Corte no sentido de que a regra geral da impenhorabilidade, inscrita no art. 833, IV, do CPC/2015 pode ser mitigada, em nome dos princípios da efetividade e da razoabilidade, nos casos em que ficar demonstrado que a penhora não afeta a dignidade do devedor.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, determinando o retorno dos autos à origem para que a instância inicial promova novo julgamento consoante fundamentação supra.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator